

*Imagens do inimigo: oposição e
dissidência política nas fotografias
do Ministério da Segurança de
Estado da República Democrática
da Alemanha* ***

*Karin Hartewig****

Prólogo

Estamos em Parchim, uma pequena cidade em Mecklemburg-Pomerânia. São 26 de outubro de 1989. Juntamente com alguns colegas da Alemanha Ocidental, eu havia chegado no início da tarde. O Colóquio Alemão-Alemão sobre História Contemporânea deve começar no dia seguinte. Já estamos instalados em nossos alojamentos, num prédio de reuniões da Academia Berlinense de Ciências, e pretendemos apenas dar um pulo até o centro da cidade, enquanto a maioria dos colegas da Alemanha Oriental prefere o jantar pontual dos anfitriões, e fica em casa. O “Novo Fórum” local

* O presente trabalho foi feito no âmbito do projeto “Os Olhos do Partido. Fotografia e Segurança do Estado na RDA / República Democrática Alemã – 1950-1990”, patrocinado com recursos da Fundação VW, de Hannover.

** Artigo recebido em setembro de 2002 e aceito para publicação em outubro de 2002.

*** Pesquisadora Associada do Instituto Max-Planck da Universidade de Erfurt, Alemanha.

anunciava uma manifestação pública. “Ponto de encontro na Igreja, às 17 horas”, é o que se lê num cartaz feito à mão. O cortejo de manifestantes já estava se colocando em movimento. Ficamos fotografando o clima geral, a multidão de gente, os espectadores nas janelas, as faixas. As pessoas à nossa volta começam a sentir uma certa insegurança.

Uma mulher jovem se dirige a mim: “Bem, tomara que a Sr.^a não seja da *Stasi* [assim era denominada a polícia secreta, pela abreviação de Segurança de Estado, *Staatssicherheit*]!?”. Aponta para a minha câmara *reflex*, uma “Praktika Super TL2”, o melhor produto da RDA (República Democrática Alemã). Mas ela ri.

“Não, não, esta eu comprei há muitos anos, em Munique”. E continuo a fotografar.

Como espectador acidental, quero documentar a primeira manifestação livre na região.¹ Parece que, para o acontecimento, não se esperava visita do Ocidente. Assim, restava a suspeita de que a Segurança de Estado continuasse zelosamente a fotografar.

Uma montanha de imagens

Após a queda do regime autoritário, o legado do Ministério da Segurança de Estado (*Ministerium für Staatssicherheit* / MfS) evidenciou que o receio da manifestante tinha sua razão de ser.² Desde os anos 70, o MfS havia usado, de forma crescente, os meios fotográficos para focalizar os pretensos inimigos da República, mas também os que eram chamados de “decadentes-negativos” ou de “inimigos-negativos”. Desta forma, foi sendo acumulada uma grande montanha de fotografias.³ O relatório atualizado das ativida-

¹ Desde inícios de outubro de 1989, realizavam-se regularmente em Leipzig as “Manifestações de Segunda-feira”. Veja Hannes Bahrmann e Christoph Links, *Chronik der Wende*, Vol. 1, “Die DDR zwischen 7. Oktober und 18”. Dezember 1989. Berlin, 1994; veja pp. 15 e segs.

² As pesquisas a respeito da história do MfS na RDA são numerosas. A melhor descrição geral é de Jens Gieseke, *Mielke-Konzern. Die Geschichte der Stasi – 1945-1990*, Stuttgart, 2001. Consultem-se também John O. Koehler, *Stasi. The Untold Story of the East German Secret Police*, Boulder Co., Oxford-Berlin, 1999; David Childs/Richard Poppwell, *The Stasi. The East German Intelligence and Security Service*, London, 1996. Para uma abordagem mais abrangente da sociedade da RDA, compare-se Mary Fulbrook, *Anatomy of a Dictatorship. Inside the GDR – 1949-1989*, Oxford, 1995.

³ Trata-se quase que exclusivamente de material dos departamentos da polícia secreta, que atuava interferindo na sociedade da RDA. O que vale para o acervo escrito vale também para fotografias, vídeos, diapositivos. O material da “Declaração da Administração Central”, quer dizer, do serviço secreto da RDA, na época da virada do regime, foi em grande parte eliminado.

des do “Delegado Federal da Documentação do Serviço de Segurança de Estado (*Bundesbeauftragten für die Unterlagen des Staatssicherheitsdienstes / BStU*) da ex-República Democrática Alemã” tem o cadastro de um total de cerca de 1.318.000 fotografias, negativos e diapositivos, bem como perto de 3.750 vídeos.⁴

Uma quantidade menor de fotos apresenta o Ministério da Segurança de Estado como uma espécie de grande corporação, como que representando um mundo à parte. Elementos de “invenção da tradição”, o logotipo de “brasão e espada do Partido”, do próprio Regimento de Guarda *Feliks Dzierzynski*, do Clube Desportivo *Dynamo*, e as estratégias de auto-afirmação, por meio de fotografias de acontecimentos relevantes na história do MfS, criavam uma “identidade corporativa” forte.⁵ Os temas e sua apresentação são de gêneros diversos: o livro de honra das solenidades da corporação, assim como a documentação interna de operações ou o diário de brigada.⁶

Um número muito maior do acervo de imagens, contudo, é de fotos de missões de observação e averiguação, além da documentação visual, de material de treinamento e de fotos para exercícios, bem como de retratos de identificação e registro. Fotografava-se em todos os departamentos-centrais ou “linhas”, na terminologia do MfS.⁷ Fotografias referentes à segurança interna, no entanto, se encontram especialmente na linha II (contra-espionagem), na linha IV (fronteira, turismo e controle de passaportes) e na linha XX (Igreja, Oposição). Nestes casos, tratava-se, por um lado, de trabalhos encomendados pelo departamento-central VIII, cuja competência abarcava observação, averiguação e detenção, e o departamento-central IX, órgão de investigação de direito penal do MfS. Às fotos dos funcionários do quadro permanente se acresciam os retratos dos “Servidores Não-Oficiais” (*Inoffizielle*

⁴ Quinto relatório de atividades dos delegados federais para documentação do serviço de segurança de Estado da ex-República Democrática Alemã, 2001, p. 119. Na *internet*, mais de 2.700 páginas informam *on-line* a respeito da repartição dos delegados federais e a respeito do ex-Ministério da Segurança do Estado (MfS) da RDA, sob “www.bstu.de”.

⁵ Na história da fotografia industrial, foram descritos convincentemente o surgimento e a consolidação de uma identidade corporativa por David Nye, *Image Worlds – Corporate Identities at General Electric – 1890-1930*, Cambridge, Mass.-London, 1985.

⁶ O diário da brigada documentava acontecimentos especiais do departamento, festas ou excursões, em palavras e imagens, de forma humorística, sob a perspectiva dos servidores.

⁷ Uma visão da estrutura do MfS no ano de 1898 é dada por “Die Organisationsstruktur des Ministeriums für Staatssicherheit. Vorläufiger Aufriss nach dem Erkenntnisstand von Juni 1993.” Editado por *BStU*, Série A, Documentos (2/93), Berlin, 1993.

Mitarbeiter / IM), que, ao final, chegaram a 174.000 no serviço do MfS.⁸ Este pessoal de confiança e os informantes forneciam não só relatórios, mas, por vezes, também fotografias das pessoas que estavam sob sua vigilância. Na maior parte das vezes, eram entusiasmados fotógrafos amadores, raramente fotógrafos profissionais, que cediam suas “fotos instantâneas”⁹ privadas à Segurança de Estado. Desta forma, davam um rosto aos grupos de oposição e simpatizantes, colaborando, assim, com a rapidez do processo de identificação e, por fim, com a vigilância permanente. De resto, acrescentavam-se ainda fotografias da vida privada dos suspeitos, que o MfS obtinha mediante apreensão ou busca oculta em residência.

Portanto, nesta parte do acervo de imagens, encontram-se fotografias de fontes e origem variada: as fotos eram oriundas da instituição da Segurança de Estado, de carteiras de identidade pessoais, de residências particulares. Eram fotos de observação, tiradas veladamente, ou fotos que os funcionários da Segurança de Estado produziam abertamente para atemorizar os suspeitos. Algumas eram feitas sob coerção, após uma intimação ou depois de uma detenção. Outras eram tiradas em companhia de pretensos ou verdadeiros amigos, ou feitas por fotógrafo. Os motivos e os contextos das imagens captadas, que acabavam chegando ao MfS, eram os mais diversos; as fotografias migravam. Todo tipo de imagem servia para apresentar a pessoa retratada como criminosa e à margem da sociedade socialista.¹⁰ Isto porque as fotografias eram trabalhadas. Eram colocadas numa determinada seqüência, numeradas, providas de legendas, colocadas, sem seleção prévia, em envelopes pequenos, anexados aos relatórios de missões de observação e averiguação ou arranjadas sob a forma de documentação fotográfica avulsa. Para fins de avaliação e de treinamento interno, circulavam, em cópias múltiplas, por diferentes departamentos. Por vezes, objetos ou pessoas eram marcados nas

⁸ A respeito do sistema IM do Ministério da Segurança de Estado, já existe muita bibliografia. Para uma introdução geral, recomendam-se Gieseke, *Mielke-Konzern*, Cap. 4, “Der Inoffizielle Mitarbeiter – Denunziant neuen Typs”, pp. 108 e segs.; Karol Sauerland, *30 Silberlinge; Denunziation: Gegenwart und Geschichte*. Berlin, 2000, “Die IM – Das Kernstück des Sicherheitsdienstes”, p. 100 e segs.; Barbara Miller, *Narratives of Guilt and Compliance in Unified Germany. Stasi Informers and their Impact on Society*. London-New York, 1999.

⁹ Quanto ao conceito e ao gênero, veja-se Timm Starl, Knipser. *Die Bildgeschichte der privaten Fotografie in Deutschland und Österreich von 1880 bis 1980*, Munick/Berlin, 1985.

¹⁰ Quanto ao fenômeno dos retratos que migram na “fotografia policial”, veja-se Susanne Regener, *Photographische Erfassung. Zur Geschichte der medialen Konstruktionen des Kriminellen*. Munick, 1999, “Visualisierungen und Visagen”, pp. 7-25.

imagens. E, finalmente, as fotos eram arquivadas. Também esta última etapa pode ser tratada ainda como interpretação da observação empreendida. Era a maneira como o olho do observador da polícia secreta “descobria”, nas fotos mais diversas, a imagem dos opositores, dos subversivos e dos inconformados. Neste sentido, à semelhança da fotografia médica, tratava-se de uma forma de fotografia utilitária, que faz parte, quase exclusivamente, do instrumental do especialista (de segurança interna) e cujo lugar não é a esfera pública, mas o gabinete da polícia secreta e o arquivo confidencial.¹¹

Ora, não se trata apenas de questões técnicas ou dos instrumentos da polícia penal e do serviço secreto. Em sua esclarecedora “antropologia da imagem”, Hans Belting criticava: “Continua sendo usual preferir-se a descrição do modo de produção das imagens técnicas [incluindo aí a fotografia], do que olhá-las a partir do diálogo mediado que elas estabelecem com um observador, que transfere os seus desejos visuais para elas [...]”.¹² Em vez disto, o que vale é seguir o rastro das imagens que estão por trás dos retratos e estabelecer relações entre elas. Retratos são materialmente definidos, objetos concretos de representação, que fazem aparecer imagens.¹³ Esta diferenciação também pode ser aplicada à fotografia da polícia secreta, apesar de ela, como toda fotografia, ser, antes de tudo, contingência, ou seja, retrata o que encontra no mundo.¹⁴ A fotografia é reprodução, rastro das coisas, das pessoas e das ocorrências, que terão que haver ocorrido para poderem ser fotografados. Mas a fotografia não reproduz apenas fatos, “ela sincroniza o olhar [do observador] com o mundo”.¹⁵ O significado de uma fotografia não deriva apenas dela própria. Na perspectiva antropológica da imagem, trata-se, no

¹¹ A respeito disto, veja-se o Caderno de Temas “Versehrte Körper, Fotografie und Medizin”, da Revista *Fotogeschichte* 21, Ano 2001, Caderno 80. Além disto, Erin O’Connor, *Camera Medica. Towards a Morbid History of Photography*, “History of Photography”, vol. 23 (autumn, 1999), n° 3, Special Edition *Medicine and Photography*, pp. 232-244.

¹² Hans Belting, *Bild-Anthropologie. Entwürfe für eine Bildwissenschaft*, Munich, 2001, p. 41.

¹³ A diferença entre “imagem” e “retrato” foi introduzida por William J. Thomas Mitchell, em seu estudo “Picture Theory”, Chicago 1994.

[N. do T. Nesta passagem, a autora recorre a um jogo de palavras em inglês, que funciona em alemão, uma vez que a mesma palavra *Bild* é utilizada para designar imagem e quadro ou retrato, não havendo muitas variações possíveis. No português, encontram-se equivalentes ao inglês (*image and picture* / imagem e retrato), esvaziando de sentido lógico o jogo de palavras proposto no original.]

¹⁴ Roland Barthes, *Die helle Kammer. Bemerkungen zur Photographie*, Frankfurt am Main, 1985, p. 38.

¹⁵ Belting, *Bild-Anthropologie*, p. 215.

fundo, da investigação de uma complexa “prática da imagem”. O método iconográfico e iconológico de Panowsky pode ser um instrumento metódico produtivo, desde que seja descolado da história da arte e se abra para outros objetos de análise, além do artístico, e que seja transposto para uma forma atualizada.¹⁶ O que havia com estas fotos? Para que serviam? Qual era a prática da imagem que, no caso, a Segurança de Estado desenvolvia? Como se integrava ao aparato da repressão? Teria sofrido mudanças em quarenta anos e, em caso afirmativo, de que forma? Em quais tradições se inseriam a produção/fabricação e os modos de uso da fotografia? E, finalmente: Qual a imagem que a Segurança de Estado acreditava descobrir nos retratos?

Os conceitos de amigo/inimigo

Como elemento constitutivo de uma ideologia e também da prática política do MfS como “brasão e espada do Partido”, valia uma rígida bipolarização do mundo entre amigos e inimigos, além da carga moral e emocional desta dicotomia.¹⁷ A classe dos trabalhadores e a nova pátria do socialismo se contrapunham, portanto, a um inimigo global, ou seja, a burguesia, o fascismo na República Federal da Alemanha, o imperialismo, o capitalismo. Esta constelação de base valeu também na época da Guerra Fria, caracterizada pelo “endurecimento das condições” da luta de classes de “condições acirradas”, mesmo na fase da política de distensão, a partir dos anos 70. A afirmação de que, no próprio socialismo, as estruturas de classes antagônicas são eliminadas teve conseqüências de amplo alcance para a definição e a avaliação do inimigo: em última instância, ele era sempre imaginado como o inimigo externo, que encontrava no interior da RDA, quando muito, “instrumentos solícitos”, “ajudantes e ajudantes-de-ajudantes”, seduzidos para uma ação equivocada ou que se deixavam levar por motivos torpes.

¹⁶ Erwin Panowsky, “Ikonographie und Ikonologie”, Ekkerhard Kaemmerling (Editor), *Ikonographie und Ikonologie. Bildende Kunst als Zeichensystem*, Vol. 1, “Theorien, Entwicklung und Probleme”, Köln, 1979, pp. 207-225. Comparem-se também meus comentários metódicos: Karin Hartewig, “Fotografie”, Michael Maurer (Editor), *Aufriss der historischen Wissenschaften*, vol. 4, Quellen, Stuttgart 2002, pp. 246-260.

¹⁷ Vejam-se Bernward Baule, “Die politische Freund-Feind-Differenz als ideologische Grundlage des Ministeriums für Staatssicherheit (MfS)”, *Deutschland Archiv* (DA) 26 (1993) 2, DS. 170-184; Christian Bergmann, “Zum Feindbild des Ministeriums für Staatssicherheit der DDR”, *Aus Politik und Zeitgeschehen* (B50/97), pp. 27-34; Silke Schumann, *Parteiernziehung in der Geheimpolizei. Zur Rolle der SED im MfS der fünfziger Jahre*, Berlin, 1997, pp. 177 e segs.

Desta maneira, a Segurança de Estado externalizava e criminalizava toda forma de resistência política contra o domínio do partido único, o SED / *Sozialistische Einheitspartei Deutschlands* (Partido da Unidade Socialista da Alemanha), na jovem RDA, assim como todas as formas posteriores de dissidência política e social: os movimentos sociais, os grupos pacifistas e ambientalistas ou as subculturas da juventude. Diante dos olhos da Segurança de Estado, todas estes movimentos não eram encarados como frutos genuínos da RDA, mas artigos teleguiados de importação ou de imitação do Ocidente. O inimigo externo “inspirava” e “organizava” o que internamente se “concretizava” por meio de “forças inimigas”, “bases-de-apoio pessoais inimigas”, ou “elementos negativos”. Eis também por que, mesmo com o fortalecimento de um campo multifacetado de crítica ao regime e que era quase sempre inerente ao próprio sistema, o MfS tratava o despertar dos movimentos sociais com desprezo, referindo-se “a assim chamada oposição interna”, capitaneada por “defensores dos direitos humanos”, “apóstolos da paz” e o “chamado movimento ambiental”. Certo é que, de fato, os habitantes da RDA – chamados de “nossa gente” pelo MfS e pelo SED – se orientavam sistematicamente pelo vizinho ocidental. Contatos privados e de parentesco, rádio e televisão e, depois de 1972, a ansiada aproximação política dos dois Estados alemães permitiram o intercâmbio de modas, bens de consumo e culturas, bem como de idéias políticas dos novos movimentos sociais.¹⁸

O filtro ideológico deste tipo de pensamento em torno dos pólos amigo-inimigo levou a uma tomada de consciência com evidentes distorções. Uma de suas marcas era a idéia difundida de que o inimigo de classe seria igualmente ubíquo e onipotente, e que não tinha problemas logísticos para expandir suas atividades contra-revolucionárias e semear entre a população a dúvida, a crítica e a falta de tranqüilidade.¹⁹ Nisto se encaixava também a percepção de que o conjunto das atitudes e das formas de agir, numa democracia liberal, em última instância, obedecia a um comando estratégico central. Desta forma, na RDA dos anos de 1940, aos olhos da Segurança de Estado, o núme-

¹⁸ Expressão mais evidente do fluxo de mercadorias do Ocidente para o Leste, que sempre transportava uma percepções de vida, foi o “Westpacket”. Veja-se Christian Härtle, Petra Kabus (Editor), *Das Westpacket. Geschenkendung, keine Handelsware*, Berlin, 2001.

¹⁹ Também as operações de limpeza, na era final do stalinismo, dentro do SED, contra o “trotskismo”, o “sionismo”, a “socialdemocracia” e os “agentes do imperialismo” seguiam, nos anos 50, tais teorias conspiratórias. Sobre isto, consulte-se meu estudo “Zurückgekehrt. Die Geschichte der jüdischen Kommunisten in der DDR”, Köln-Weimar, 2000, pp. 363-372.

ro de inimigos surgia sempre de forma crescente. Suas camuflagens, máscaras e disfarces pareciam inesgotáveis. E quando a imagem do inimigo assumia traços cambiantes, as infinitas e inúmeras fotografias individuais superpostas compunham o tipo ideal do inimigo de Estado sob o signo do anticomunismo. Extrapolando o sentido, tratava-se da construção de um retrato composto negativo. Com o seu método de superexposição antropométrica, Francis Galton, no fim do século 19, havia acreditado poder encontrar o “tipo fisionômico principal de um determinado grupo”:

O efeito de um retrato composto é expor diante dos olhos todos aqueles traços em que os rostos de um grupo coincidem, só deixando restar a sombra de algum vestígio das peculiaridades individuais. Ora, só que os rostos têm tantos traços em comum que o retrato composto, que se origina da diversidade, termina deixando de ser uma mera mistura de elementos, parecendo ser muito mais uma composição idealizada.²⁰

Por sua vez, o MfS conseguia criar acerca de si mesmo a impressão de ser uma instituição atemorizadora e altamente eficiente. A longo prazo, talvez, um dos maiores êxitos da polícia secreta na RDA foi que, em sua pretensa onipresença, era superestimada. Não eram poucos os cidadãos da RDA que supunham estar sendo observados pela *Stasi*. A suspeita geral de que havia uma observação cobrindo todas as áreas favorecia um ambiente de desconfiança mútua e de autocensura. Ainda assim, 40 por cento daquelas pessoas que, depois da virada do regime, requereram vistas de “seus processos”, acabaram constatando que sequer existia qualquer processo a respeito delas.²¹

A luta contra o inimigo

Sob a proteção dos assessores soviéticos, o MfS, nos primeiros anos, dedicou-se a lutar contra os inimigos com força e eficiência brutas. Detenções sumárias, métodos stalinistas de interrogatório, violência física e proces-

²⁰ Sir Francis Galton, *Inquiries into Human Faculty and its Development*, London, 1883, cita Claudia Schmolders, *Das Vorurteil im Leibe. Eine Einführung in die Physiognomik*, Berlin, 1997, “Quellensammlung”, p. 212f.

²¹ *Erster Tätigkeitsbericht des Bundesbeauftragten für die Unterlagen des Staatssicherheitsdienstes der ehemaligen Deutschen Demokratischen Republik* (Primeiro Relatório de Atividades do Delegado Federal para a Documentação do Serviço de Segurança de Estado da ex-República Democrática Alemã), Berlin 1993, pág. 52. Até então haviam sido feitos 600.000 requerimentos. Em 1995, 50% dos requerentes (950.000) não haviam sido abrangidos. Compare-se o *Segundo Relatório de Atividades...*, Berlin 1995, p. 11.

sos sigilosos, supostamente dentro das regras jurídicas, cunhavam o quadro de um aparato de segurança que dispunha de apenas poucos servidores.²² No entanto, a insurreição popular de 17 de junho de 1953 mudou tudo, pois jogou a RDA, seu partido dirigente, o SED, e também a Segurança de Estado na mais profunda crise política, porque colocava em questão a sua legitimidade por toda parte. Depois de haver isolado os revoltosos numa onda de detenções e tendo eliminado com êxito a resistência política contra o domínio do SED, nos anos 50,²³ a Segurança de Estado se empenhou na melhoria do seu sistema de informações. O que se pretendia era que, no futuro, se estivesse sempre preparado contra qualquer ocorrência da mesma espécie.²⁴ No último trimestre de 1953, o SED exigiu que sua polícia secreta fornecesse “um quadro objetivo a respeito da verdadeira situação nas fábricas, no seio da população e do inimigo”. Nos partidos e nas organizações de massa, na *Freie Deutsche Jugend* / FDJ (Juventude Alemã Livre), nas estatais, no campo, nos transportes, em todas as unidades da Polícia do Povo, na Igreja, o que se pretendia era descobrir pistas de “atividades perniciosas, sabotagem e desvios”, para finalmente anulá-los.

A resposta do MfS foi por meio da expansão permanente do aparelho de segurança e da quantidade de seus espias e informantes. Desde que o muro de Berlim foi construído, o corpo de pessoal permanente dobrava a cada dez anos: No ano de 1961, o número era de 20.000; em 1971 chegava a 45.000 e, em 1982, finalmente, mais de 85.500. Até o fim da RDA, a Segurança de Estado logrou uma ampliação significativa do aparelho de vigilância e repressão. Nos últimos tempos, possuía pouco mais de 91.000 funcionários de quadro permanente, 174.000 servidores não-oficiais (*Inoffizieller Mitarbeiter* / IM) e os servidores associados (*Gesellschaftliche Mitarbeiter* / GMS), considerando uma flutuação certamente desejada de cerca de 10 por cento de não-oficiais (IM) ao ano e uma “densidade de IMs” de um IM por 100 habitantes da RDA.²⁵

²² O MfS possuía, em 1950, 2.700, no ano seguinte, 4.500 funcionários do quadro. Em 1953, eram 12.630 no quadro funcional e 18.760 GI, que, a partir de 1968, passaram a ser chamados IM (Servidores Não-oficiais). Veja-se Jens Gieseke, *Die Hauptamtlichen Mitarbeiter der Staatssicherheit. Personalstruktur und Lebenswelt 1950-1989/90*, Berlin, 2000, p. 552.

²³ Em relação ao 17 de junho, houve 7.663 detenções, sendo que, destas, 1.240 pessoas foram condenadas; duas das quatro condenações à morte foram executadas.

²⁴ Gieseke, *Mielke-Konzern*, p. 62 e segs.

²⁵ Estima-se que, em 40 anos, um total de pelo menos 600.000 pessoas trabalharam algum tempo como IM para a Segurança do Estado. Veja-se Helmut Müller-Enbergs, *Inoffizielle Mitarbeiter des Ministeriums für Staatssicherheit. Richtlinien und Durchführungsbestimmungen*, Berlin, 1996, p. 7.

Com a expansão do aparelho de segurança, o MfS conduziu uma passagem da condição de órgão disciplinador para a de órgão controlador. À primeira vista, surpreende que a polícia secreta tenha alcançado tamanha expansão depois de 1961. De fato, se estivesse em jogo tão somente o sucesso do combate a uma ativa oposição fundamental, deveria ter ocorrido nos anos 60 uma diminuição do aparelho de segurança. Contudo, como em todas as sociedades da área de influência soviética, faltavam mecanismos de auto-regulagem e um controle social do serviço secreto. Porém, antes de mais nada, havia mais um elemento a ser acrescentado: o marco de 17 de junho de 1953 ficou presente no horizonte da Segurança de Estado até o fim da RDA. Nada caracteriza melhor o trauma da derrota do que um diálogo travado, no último trimestre de 1989, em reunião de trabalho no gabinete de Erich Mielkes, o Ministro da Segurança de Estado, que se eternizou no cargo. Mielke formulou a pergunta assustadora: “Será que amanhã vai irromper um 17 de junho?!” A resposta que lhe deu um militar de alta patente do MfS não pareceu trazer muita tranquilidade: “O 17 de junho não vai ser amanhã, nem vai haver um 17 de junho, afinal, para isto nós estamos aqui”.²⁶ Oposição, toda espécie de crítica moderada fora do SED e mesmo uma atitude renitente logo levantavam na RDA a indagação a respeito da legitimidade política da própria RDA.

O MfS experimentou seus maiores desafios nos anos seguintes, após a chamada Primavera de Praga, em 1968, a política de distensão de Willy Brandt, o processo KSZE e o fortalecimento do movimento pacifista e ambientalista nos anos 80.²⁷ Durante a Primavera de Praga, a Segurança de Estado combateu toda e qualquer perspectiva de uma terceira via que, mesmo afirmando o socialismo, quisesse propor mudanças.²⁸ Já que a RDA não conseguia ser um Estado nacional como seus Estados-irmãos socialistas, devido à sua especificidade histórica, era fácil presumir-se que as vozes individuais de uma oposição socialista fossem obra de desvio do Ocidente. O conceito de “desvio” em contraposição à “subversão”, a ruptura radical, indicava o medo que a liderança política tinha de que ocorresse uma transformação paulatina, insidiosa,

²⁶ Ata da Reunião de Serviço do Ministro, em 31.08.1989, citada por Thomas Auerbach, *Vorbereitung auf den Tag X. Die geplanten Internierungslager des MfS*, Editado por BStU, Série B, “Analysen und Berichte”, Berlin, 1994, p. 7.

²⁷ Veja-se Ulrike Poppe, entre outros, *Zwischen Selbstbehauptung und An[passung. Formen des Widerstandes und der Opposition in der DDR*, Berlin, 1995; Eerhart Neubert, *Geschichte der Opposition in der DDR 1949-1989*. Berlin, 1998.

²⁸ Os exemplos mais conhecidos são Robert Havemann & Rudolf Bahro, ebd, pp. 201 e segs.

um amolecimento da ideologia marxista e do domínio do SED de dentro para fora.²⁹ A crítica ao papel de liderança do SED era temida e deixava antever o despontar de uma insidiosa “socialdemocratização” e “liberalização” da sociedade socialista. A política de distensão de Willy Brandt, que, desde os acordos de 1972, ensejou uma multiplicidade de possibilidades de contato entre os habitantes de ambos os Estados alemães, passava a constituir, aos olhos da Segurança de Estado, um perigo para a segurança, já que, então, cresciam de forma dramática as possibilidades de uma influência inimiga dissimulada. Por outro lado, as “novas condições da luta de classes” dificultavam uma resposta incisiva ou espetacular da *Stasi* a tais “ataques inimigos”. Finalmente, interessava ao comando do SED não deixar esmorecer o diálogo político em épocas de “mudança pela aproximação”. Além disto, a RDA havia finalmente conquistado um ponto alto de seu reconhecimento diplomático, ao assinar, em 1975, o texto final do tratado de Helsinque. A RDA se comprometia, então, a respeitar os direitos humanos, bem como o direito de liberdade de deslocamento, assim como renunciava à perseguição política.

O custo, em matéria de política interna, do êxito da política externa foi considerável. A época das detenções e dos processos judiciais sumários passou a ser coisa do passado. A partir daí, o que entrava em cena eram os instrumentos de profilaxia, de prevenção e de tratamento da polícia secreta, assim como os métodos mais sutis de repressão silenciosa e não-pública antes de uma detenção e antes de um possível, mas muitas vezes politicamente indesejável, processo penal. Por conseguinte, as investigações profiláticas no campo preliminar de uma repressão aberta adquiriram maior importância, embora as detenções volta e meia não deixassem de ocorrer.

Desde o começo, a noção de “foco” sempre fez parte da estrutura do trabalho da polícia secreta, mesmo quando a suspeita da presença do inimigo estivesse em todos os cantos ou quando a expressão de Mielke de que “precisamos saber de tudo” se transformou na máxima de auto-estilização do MfS.³⁰ A rede dos servidores não-oficiais não era, aliás, para manter a totalidade da população sob vigilância – uma tarefa que seria, de todo modo, impossível de concretizar. Não, para responder à pergunta clássica da polícia secreta “quem é quem?”, era preciso concentrar-se nos focos. Nos anos ses-

²⁹ Mampel, *Ideologiepölyzei*, veja pp. 46 e segs.

³⁰ Veja Siegfried Suckut (H.), *Das Wörterbuch der Staatssicherheit. Definitionen zur “politisch-operativen Arbeit”*. Berlin, 1996, pp. 347 e segs.

senta, o que preponderava era evitar a espionagem rival, o combate à “guerra psicológica” e aos “bandos de tráfico humano” do Ocidente. O MfS continuava imaginando diante de si, em última instância, um inimigo externo, que empreendia sua obra danosa ao se introduzir furtivamente nas instituições sensíveis e que, por isto, requeriam proteção da ordem comum do socialismo: nas fábricas de propriedade do povo, no sistema de transportes e de informações, no aparelho de Estado, nas organizações da sociedade, na defesa nacional e em outros campos mais.³¹ Uma mudança marcou, nos anos sessenta, a atenção dada pela Segurança de Estado à juventude, que deveria ser protegida contra as múltiplas influências nocivas do inimigo de classe. Com a abertura da RDA para o Ocidente, houve, finalmente, um esgarçamento explosivo dos focos elegidos. Paralelamente aos serviços secretos e às missões militares ocidentais, desde os anos 70, começaram a ocupar o centro das preocupações, principalmente, a questão da garantia das fronteiras e o seu reverso, o “movimento de fuga e de ida para o exterior”, mas, também, de modo crescente, artistas e literatos, grupos de subculturas que irrompiam por toda a parte, igrejas e diversos movimentos políticos e sociais.³²

A defesa contra os perigos tinha como foco o “desvio político-ideológico” (*Politisch-ideologischen Diversion* / PID) e, por fim, as “atividades de subversão política” (*Politischen Untergrundtätigkeit* / PUT), que o MfS terminava vendo como atividades dirigidas pelo Ocidente e que, acima de tudo, visavam o desmantelamento da RDA. Os novos conceitos-chave da luta contra o inimigo mudaram de posição, ao final da década de sessenta.³³ O que anos antes ainda era considerado atos de sabotagem contra a economia do povo, agora passava a ser designado como desmantelamento do sistema político e social e da consciência socialista. Em princípio, havia a possibilidade de, praticamente, todo e qualquer cidadão da RDA ser “infectado” pelo “desvio político-ideológico” (PID). Além dos inimigos conhecidos, eram identificados como fatores de abertura ao “desvio político-ideológico” todos aqueles que, aparentemente, só se haviam integrado precariamente à sociedade socialista. A estes foram atribuídas certas características:

³¹ Referente à Diretriz 1/68, veja Müller-Enbergs, *Inoffizielle Mitarbeiter*, p. 45 e anexo, p. 246. A listagem, que finaliza com “entre outros mais”, não pretende ser exaustiva, mas poderia, decerto, ser ampliada.

³² Compare-se *Diretriz* 1/79, ebd., Anexo, pp. 307 e segs.

³³ Veja Siegfried Mampel, *Das Ministerium für Staatssicherheit der ehemaligen DDR als Ideologepolizei. Zur Bedeutung einer Heilslehre als Mittel zum Griff auf das Bewusstsein*, Berlin, 1996.

Deixar de reagir a ataques dos inimigos de classe, recuo ante dificuldades objetivas, pouca disposição e empenho para ingressar e assumir a luta, endeusamento de modos de vida ocidentais, rejeição de funções sociais, solapamento da ordem e da disciplina, vadiagem no trabalho, passividade em questões políticas, comportamento provocador, entre outras coisas mais.

Outro universo de abertura para o “desvio político-ideológico” eram “as formas de pensar e de comportamento resultantes de tradição, costumes, usos, compromissos religiosos e protótipos sociais e normas de moral pequeno-burgueses”, ou seja, qualquer espécie de ambiente social, cultural e confessional. Estas características – que, em sua pouca nitidez, deixavam ampla margem para interpretações – facilitavam supostamente reconhecer os inimigos.³⁴ Segundo a máxima de que “sem PID não há PUT”, isto é, que sem desvio político-ideológico comandado do exterior não há atividade política de subversão, a observação dos grupos de pessoas mencionados e a detecção preventiva de movimentos de oposição nestes meios passou a ter um significado central. Inegavelmente, na definição do desvio político-ideológico (PID), assim como dos pontos focados, percebia-se uma tendência para promover a expansão do ato de vigiar.

Imagens públicas do inimigo

Desde cedo, a Segurança de Estado passou a assumir a ofensiva de uma propaganda visual, buscando sua sorte na contrapropaganda. Uma estratégia que, mais tarde, se chamou, algo eufemisticamente, de trabalho de tradição e publicização, iniciada nos anos cinquenta. Depois do 17 de junho de 1953, cartazes começaram a convidar para exposições públicas da Segurança de Estado. Nestas mostras, o MfS se apresentava como serviço de defesa decidido, altamente motivado, dinâmico e bem-sucedido contra velhos nazistas e membros da SS, contra os espões, os sabotadores e os incendiários ocidentais e, finalmente, contra as chamadas organizações terroristas contra-revolucionárias, como o escritório oriental do SPD ou o “Comitê de Investigação de Juristas Liberais”. O que se apresentava nesta mostra de serviços, além de objetos capturados e alegados meios de prova, eram, sobretudo, fotografias de investigações e fotos de acusados em processos penais, complementadas

³⁴ Mampel, *Ideologiepolsizei*, pp. 38 e segs. O autor cita, em relação a isto, algumas ordens do Ministro da Segurança de Estado, datadas dos anos 1966-1969: Befehl Nr. 11/66 vom 15.5.1966 (Jugend), Befehl Nr. 40/68 de 2.12.1968 (Durchführung politisch-operativer Massnahmen), Befehl Nr. 20/60 (Kultur-und Massenkommunikationsmittel).

por breves citações e recortes da imprensa. Publicamente, mesmo anos mais tarde, o MfS nunca se apresentava como polícia secreta contra a própria população, mas sempre como serviço de proteção, como contra-inteligência em face dos inimigos externos ou como prestador de serviço à causa do socialismo, na medida em que se referia à espionagem estrangeira. Inclusive em anos posteriores, a Segurança de Estado se valia do mundo de imagens de longa data, de agentes e espiões inimigos e de sabotadores do Ocidente recém-desmascarados. Uma exposição pelo 35º aniversário do MfS, denominada “Ao Inimigo Nenhuma Chance” (*Dem Feind keine Chance*), realizada no ano de 1985, ainda girava inteiramente ao redor da tradicional defesa contra a espionagem. Críticos e opositores não mereciam ser retratados publicamente. Muito ao contrário, como inimigos de Estado, eram condenados à *damnatio memoriae*, que evitava qualquer tipo de menção de nome ou apresentação de fotos.³⁵ Fotografias de “fugitivos da República” capturados, por outro lado, podiam ser mostrados, desde que servissem à propaganda contra os “bandos de tráfico humano” da Alemanha Ocidental. Nisto, a fotografia, contrariamente à intenção dos atores, contribuía para uma não-pretendida museologização do MfS.

Em suas colagens, os camaradas da segurança, sucedendo a John Heartfield, demonstraram ser “inventores da realidade”, ainda que, nem esteticamente, nem no acirramento político de suas declarações, se aproximassem das fotomontagens do conhecido *Arbeiter-Illustrierte-Zeitung* (Jornal Ilustrado dos Trabalhadores).³⁶ Contudo, eles haviam introjetado, sim, as recomendações do veterano comunista e perito em matéria de agitação social Edwin Hoernle, ao relacionar partido e classe social na fotografia e na propaganda visual. Já nos idos de 1930, Hoernle havia inscrito no livro de ouro do fotógrafo trabalhador:

Nossos fotógrafos precisam derrubar à força a fachada burguesa. [...] Nós aumentamos o potencial de luta de nossa classe, quando nossas fotografias trans-

³⁵ Desde a antigüidade romana, inimigos de Estado eram punidos com o exílio, às vezes punidos com a morte. Seu patrimônio era confiscado, ocasionalmente sua casa era destruída. Além disto, eram aplicadas punições de “memória” (punição de imagem, punição do nome). O inimigo de Estado não podia ser enterrado em terra pátria e era proibido o luto por ele. Veja Friedrich Vittinghoff, *Der Staatsfeind in der römischen Kaiserzeit. Untersuchungen zum “damnatio memoriae”*, Speyer, 1936.

³⁶ Veja David Evans e Anna Lundgren (Eds.), *John Heartfield, Arbeiter-Illustrierte-Zeitung. Volksillustrierte – 1930-1938*. New York, 1992; Dawn Ades, *Photomontage*, London, 1996; David Evans e Sylvia Gohl, *Photomontage: a Political Weapon*, London, 1986.

mitem consciência de classe [...] espírito de ataque, espírito de vingança, solidariedade. A foto é uma arma, a técnica é uma arma, a arte é uma arma! Nossa visão de mundo é o marxismo combatente, não o saber de sala-de-aula. E a nós, fotógrafos trabalhadores, cabe uma importante posição de vanguarda. Nós somos os olhos de nossa classe!³⁷

A fotografia caía no funcional – se é possível recorrer ao conhecido lema de Bertold Brecht.³⁸ Não procurava apenas motivos e técnica, mas procurava saber como a mídia poderia lograr o seu maior efeito possível.

A serviço de uma ciência penal socialista

Paralelamente, porém, em quarenta anos o emprego da fotografia havia mudado. Nas duas primeiras décadas após a fundação do MfS, ela se restringia essencialmente aos campos tradicionais de seu uso no trabalho da polícia criminal. Para fins de treinamento, havia um texto, do ano de 1952, que sintetizava as possibilidades de seu emprego.³⁹ É bem evidente que, neste campo, logo nos primeiros anos, a realização de um trabalho pioneiro se impunha: fotografias de presos e instituição de um cadastro de presos como meios para sua posterior identificação apareciam como recomendação. E é nesta altura que o autor advertia que os presos não deveriam ser fotografados sem fazer a barba nem estar “desfigurados por ferimentos (ou curativos) na cabeça”. O MfS, na qualidade de órgão de investigações pseudopenais, se valia do método tradicional de identificação funcional de acordo com o “sistema Bertillon”. Para inventariar a pessoa, o chefe de polícia parisiense Alphonse Bertillon, no século 19, havia inventado um processo, que logo ficou conhecido pelo seu nome. A catalogação de onze medidas corporais diversas, assim como das chamadas ‘características inalteráveis’ e do retrato do preso tirado por uma câmara fotogramétrica – perfil direito, frente, perfil esquerdo – passou a servir, desde então, na sociedade de massas, para a identificação antropométrica e, particularmente, de criminosos.⁴⁰

³⁷ Extraído de Edwin Hoernle, “Das Auge des Arbeiters”, *Der Arbeiter-Fotograf* 4 (1930), pp. 151-154.

³⁸ Bertold Brecht, *Schriften zur Literatur und Kunst. Über Film*, Frankfurt am Main, 1975 (Gesammelte Werke, 10), p. 161.

³⁹ “Anwendungsmöglichkeiten der Fotografie und einige Hinweise bezüglich der Anwendung erkenntnis-dienstlicher Massnahmen. 11.3.1952”, *BStU JHS59151*.

⁴⁰ Comparem-se Regener, *Fotografische Erfassung*, pp. 131 e segs.; Simon A. Cole, *Suspect Identities. A History of Fingerprinting and Criminal Identification*, Cambridge/Mass.-London, 2001, pp. 32 e segs.

Ao se tratar de polícia penal, é convencional mencionar também o emprego da fotografia para garantir meios de prova, para a preservação de vestígios e para documentar os palcos de ação e os lugares de ocorrência, o que deveria iniciar-se com fotos de orientação, passando, em seguida, às fotos de detalhes, logo após, às de visão geral. Já nas primeiras décadas, passou-se a acrescentar a isto a fotografia infravermelha e ultravioleta, que permite a visualização de falsificações ou o uso de tintas diversas, bem como a reprodução fotográfica de documentos, escritos e desenhos, antes da invenção da máquina copiadora. O MfS também se valia constantemente de manuais de conhecimento policial.⁴¹ Para a prática de reconhecimento, dava-se ênfase especial às chamadas “testemunhas mudas”, bem como à sua proteção e valorização fotográfica. Já que os depoimentos de testemunhas não mereciam confiança e já que “mesmo as confissões nem sempre são provas seguras”, recomendava-se a produção de uma documentação, especialmente metódica, dos locais dos acontecimentos. Uma vez que: “Agentes, espiões e sabotadores não temem o uso dos meios mais sórdidos e criminosos, como assassinato, incêndio premeditado, ação com explosivos, atentados e as mais diversificadas falsificações.” E, já que o inimigo é instruído e dispõe de conhecimentos e meios científicos e técnicos, o combate bem sucedido por parte do MfS só poderia igualmente subsistir por meio do “emprego e aproveitamento de recursos científicos e técnicos como instrumentos auxiliares”.⁴² O trabalho policial convencional finalmente ganhou foros de “ciência criminal socialista”.⁴³ O treinamento nas técnicas de identificação foi adquirindo importância central em todos os departamentos do MfS. Treinava-se o reconhecimento, a descrição, a classificação e o diagnóstico a partir da educação do olhar, com a ajuda dos livros com modelos fisionômicos, mas também, cada vez mais, com a simples fotografia de grupo e o retrato. Nisto tudo, uma importância especial era atribuída ao treinamento para preparar a descrição de pessoas (retratos falados) e relatórios de missões de observação.

⁴¹ Henrich Tetzner, *Die Photographie in der Kriminalistik. Eine Einführung in die photographischen Arbeitsmethoden der naturwissenschaftlichen Kriminal-untersuchung*, Berlin, 1949; B. Gärtig e R. Schädlich, *Lehrbuch für Kriminalisten. Die allgemeinen Verfahren und Arbeitsmethoden der Kriminalistik*, Berlin, 1955. “Fotohandbuch für die deutsche Volkspolizei”, editado pelo Ministério do Interior, Berlin, 1971.

⁴² *Anwendungsmöglichkeiten*, pp. 49 e segs.

⁴³ Assim também o título do futuro Manual-Padrão para a Seção de Criminalística em Universidades e Faculdades da RDA, *Sozialistische Kriminalistik*, editado por Ehrenfried Stelzer *et al.*, Berlin, 1986. O Volume I trata de tática penal.

Inimigos fichados eram colecionados em pastas de fotografias. Um álbum destes, cheio de retratos, foi organizado pela Segurança de Estado sobre os funcionários e os membros de “Testemunhas de Jeová”, em 1952. Esta comunidade religiosa havia sido proibida em 1951 na RDA, porque o partido SED a considerava uma possível porta de entrada de “agentes” americanos do Ocidente. Mas também álbuns de grupos de oposição foram confeccionados pelo MfS, na década de 80. É verdade que faltava à Segurança de Estado o interesse antropológico-penal de um Cesar Lombroso, procurando o “criminoso nato”.⁴⁴ Porém, o que não faltava era toda e qualquer forma de discriminação social, que cunhava os inconformados e quem pensasse diferente politicamente como “anti-sociais” e “elementos decadentes-negativos”.

Quando a Segurança de Estado transformou o seu aparelho em órgão de controle, as competências da polícia secreta começaram a ser cientificizadas. Do trabalho prático desenvolveram-se trabalhos para a certificação de estudos e, a partir de 1968, até mesmo teses foram sustentadas na “escola superior de direito” do próprio MfS, o que não era a única expressão de um empenho geral para a conquista de uma maior qualificação. Trata-se também de um indício da formalização acentuada das carreiras profissionais dentro do MfS, que eram combinadas com óbices pseudo-acadêmicos. Foi só nesta época que elementos formados em faculdades civis também começaram a ser arregimentados para o MfS. Ligado a isto, houve um ímpeto de profissionalização. Em numerosos trabalhos de qualificação, os “estudantes” desenvolveram métodos para uma utilização mais eficaz da fotografia, seja no trabalho de vigiar pessoas, nas buscas secretas em residências ou no controle das representações diplomáticas de países ocidentais na RDA.

No que tange à organização de missões de observação e de “desbaratamento” de ações de oposição, os servidores da Segurança de Estado podiam dar livre curso à sua fantasia. Sim, eram até mesmo estimulados neste sentido a “evitar qualquer solução esquemática, o que favorecia a elaboração de uma trilha original e adequada à situação”. Isto era tido como “processo criativo”. A utilização da fotografia aberta, mascarada e conspiradora era definida como uma atividade criativa, diversificada e autônoma, e que exigia capacidade de reagir e tino em relação a situações operacionalmente importantes. Cunhava-se isto como “saber ler os atos”. Exigia-se do pessoal técnico capa-

⁴⁴ Sobre os álbuns de criminosos do Século 19, de Cesare Lombroso, veja-se *Regener: Fotografische Erfassung*, pp. 174 e segs.

cidade de imaginação e fantasia. Protótipos de disfarces de câmaras – peças de vestuário, bolsas, sacos de compra de tecido, carteiras, capacetes de motociclista ou automóveis – eram preparados pelo setor técnico-operacional (*Operativ-technischen Sektor / OTS*), um departamento especializado do MfS. A todo momento, eram bem-vindos os melhoramentos e os pequenos inventos – chamados de “propostas inovadoras” – desenvolvidos por grupos de criação, que eram também materialmente compensados.

Na prática diuturna das missões de observação, as exigências sempre aumentavam. Estimulados pelos seus superiores, os elementos de escalão inferior e médio se desdobravam em aprender e treinar o ofício da fotografia conspiradora, utilizando objetos totalmente incautos e inofensivos. Ao que parece, a avaliação que se seguia, via de regra, dava lugar a mais crítica do que elogio. “Treinar a mira!” era o comentário mais freqüente dos chefes de treinamento. Já em 1972 predominava na escola superior do MfS a opinião de que não deveria haver sequer um só servidor operacionalmente ativo no MfS que não soubesse fotografar. Um professor chegou a formular isto numa palestra, como se segue:

A câmera fotográfica na mão da polícia política é uma arma importante na luta contra o inimigo, e que, por vezes, pode ser empregada com mais freqüência e também com maior eficácia do que a arma de serviço que portamos constantemente e cujo manuseio treinamos continuamente.⁴⁵

Fotografar em vez de atirar, observar pacientemente, averiguar, controlar e analisar, em vez de, aplicar a força bruta, batendo e prendendo de uma vez – a Segurança de Estado se valia de métodos mais sutis.

Visual turn

A partir dos anos 70, a polícia secreta passou a empregar cada vez mais meios secretos. Ao lado do processo de “obtenção de informações” por meio dos servidores não-oficiais (IM), assim como do controle postal, da escuta telefônica, do “grampo”, o recurso técnico da fotografia foi sempre aumentando. E isto não só na contra-espionagem no território da RDA, na vigilância e no confisco de objetos, no interior dos limites da Alemanha, nas rotas de

⁴⁵ Tenente-Coronel Siebert: Palestra “Die mit Hilfe der Fototechnik in der operativen Arbeit zu lösenden Aufgaben und einige sich daraus ergebende Probleme des Einsatzes spezieller fotografischer Mittel und Methoden”, 1972, *BSIU JHS 866/72*, pp. 16 e segs.

trânsito e no controle do turismo em geral e do chamado *Polittourismus* (turismo político) na RDA, mas também nas missões de observação e busca empreendidas contra pessoas suspeitas. Acabou ocorrendo um *visual turn*, uma “virada visual”, desde quando a política da “mudança através da aproximação” detonou um intenso movimento de atravessar fronteiras. A quantidade de tentativas de fuga e de “incidentes” na fronteira aumentaram bastante. Pelo grande número de fotografias da Segurança de Estado, pode-se dizer que era sobretudo o muro de Berlim que aparecia como o espaço privilegiado para os “atos de protesto” do Ocidente e do Leste, abusando da provocação política. Tragédia humana e acontecimento político se reuniam na fronteira e eram incessantemente fotografados em ambas as direções. Toda e qualquer tentativa frustrada de fuga da República era documentada como delito pelo MfS, em relatórios e fotos. Para que as fotografias fossem feitas, as ações eram reconstituídas, como se os depoimentos e as confissões não bastassem. Ali estão duas pessoas sentadas num barco inflado, cuja fuga através do mar Báltico fracassara. Mas o barco inflado está colocado numa garagem. Pessoas se espremem na mala de carros. Eram espetáculos estranhos e grotescos para a Segurança de Estado. O levantamento de provas passava a ser uma humilhação, antes de as pessoas serem levadas aos cárceres do MfS para investigação, de onde o caminho para o Ocidente, na maioria das vezes, só era viável através de um “comércio livre de presos”⁴⁶ [Figura 1].

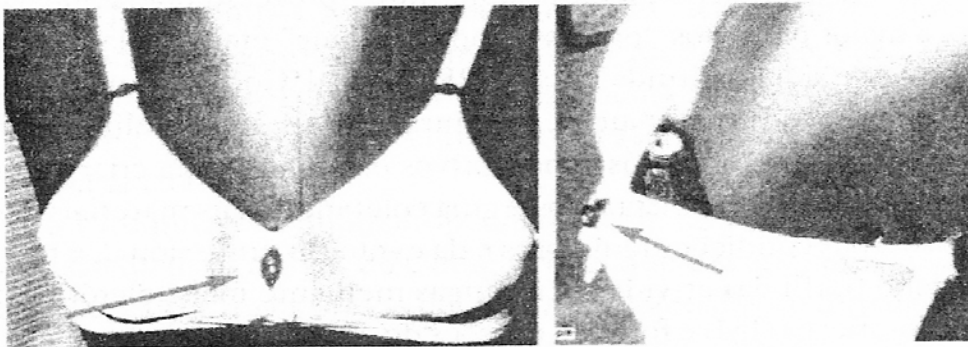


FIGURA 1. Disfarce: soutien preparado para esconder uma minicâmara fotográfica “Ammer” (1985).

⁴⁶ Ludwig A. Rehlinger, *Freikauf. Die Geschäfte der DDR mit politisch Verfolgten. 1963-1989*, Frankfurt am Main, 1991.

Com base nos primeiros indícios de suspeição, o órgão de segurança passava imediatamente a coletar mais e mais informações a respeito de pessoas que politicamente chamavam a atenção.⁴⁷ O que predominava era um amplo espectro de atos de delito. Além das notícias de traição à pátria, espionagem e ação de agentes, havia ainda os seguintes delitos: “comércio humano de inimigos de Estado”, “insuflação de inimigos de Estado”, “conluio anticonstitucional”, “travessia ilegal de fronteira”, “criação de obstáculos à atividade pública ou social”, “motim”, “conluio, visando objetivos ilegais” e “desenvolvimento de relacionamentos ilegais”. Por meio de “controles operacionais de pessoas” (*Operative Personenkontrolle* / OPK) deveria ser constatado se já se estava lidando com inimigos do regime do SED ou se a suspeita de cometer um delito poderia vir a ser configurada. O quadro de personalidade, opiniões, hábitos, atividades e amizades eram “esclarecidos”. Enriqueciam os autos fotografias de passaportes confiscadas para identificação dos envolvidos, além de fotos de missões de observação do HA VIII. O controle operacional de pessoas, dito “OPK”, constituía um primeiro instrumento do combate ao inimigo. E a coleta era a mais ampla possível. Mas o resultado desta ânsia coletora ainda costumava ficar em aberto, porque, no final, poderia ocorrer o início de um processo de averiguação, ou a conversão de um “OPK” num “processo operacional” (*Operativen Vorgang* / OV), ou, então, o recrutamento do envolvido como servidor não-oficial. Nos anos 80, o MfS chegou a fazer cerca de 8.000 controles operacionais de pessoas, dos quais cerca de 700 finalmente desembocaram num “processo operacional”.⁴⁸ No entanto, a maior parte dos “processos operacionais” eram iniciados sem que antes houvesse sido instituída uma “OPK” formal. Com base nos assim chamados “Relatórios Preliminares”, a Segurança de Estado deliberadamente complementava os elementos constitutivos existentes para criar a biografia do potencial inimigo em vista. Prosseguia coletando mais materiais a respeito da pessoa, das condições familiares e da evolução profissional, e tratava de diferenciar o perfil das atividades inimigas mediante mais relatórios de servidores não-oficiais (IM) e fotos de missões de observação [Figura 2]. E, even-

⁴⁷ Johannes Raschka, *Zwischen Überwachung und Repression – Politische Verfolgung in der DDR 1971-1989*. Opladen, 2001, pp. 211 e segs.; Andrea Herz, *Bürger im Visier. Eine Institution schuf den alltäglichen Argwohn. Das MfS in Thüringen*, Erfurt, 1996.

⁴⁸ Bernd Eisenfeld, “Widerständiges Verhalten im Spiegel von Statistiken und Analysen des MfS”, Klaus-Dietmar Henke, Roger Engelmann (Edit.), *Aktenlage. Die Bedeutung der Unterlagen des Staatsicherheitsdienstes für die Zeitgeschichtsforschung*, Berlin, 1995, pp. 157-176, aqui, pág. 161.



Figura 2. Oposicionistas da RDA Wolfgang Templin e Reiner Schult no Alexanderplatz, em Berlim. Fotografia de observação feita com câmara fotográfica escondida (anos 1980).

tualmente, acrescentava fotografias que haviam chegado secretamente ao MfS. Assim, por exemplo, a servidora não-oficial “Karin Lenz”, que, desde 1983, era membro do grupo berlinense “Mulheres a favor da Paz”, fornecia a seu oficial superior fotografias privadas da oficina anual a favor da paz e de festas do grupo, material que ela confeccionava na qualidade de entusiasmada fotógrafa amadora.⁴⁹

Nas “formulações político-operacionais de objetivos” eram descritos com precisão quais os artigos do Código Penal que deveriam ser aplicados às pessoas observadas, quais provas deveriam ser coletadas ou forjadas e de que modo, e quais as “providências de desbaratamento de ações” deveriam ser tomadas, para destruir um relacionamento grupal ou aterrorizar psiquicamente pessoas singulares. De tempos em tempos, o MfS registrava os resultados do

⁴⁹ Veja-se Katja Havemann e Irena Kukutz, *Geschützte Quelle. Gespräche mit Monika H., alias Karin Lenz*, Berlin, 1990.

trabalho em “relatórios do estado das coisas” e em documentações fotográficas, e enunciava outras “formulações de objetivos”, até que o trabalho de “desbaratar”, no sentido do MfS, levasse com êxito à neutralização do inimigo ou à sua detenção. Nos anos 80, a média anual de ocorrências operacionais processadas era da ordem de 5.000, das quais eram afetadas presumivelmente de 20.000 até 25.000 pessoas.⁵⁰

A fotografia também entrava em jogo, quando a Segurança de Estado atuava como “órgão de investigação” oficial: nas assim chamadas “entrevistas preventivas”, para as quais as pessoas eram convocadas a fim de adverti-las, e nas “condutas”, ou seja, nas detenções e nos interrogatórios que se seguiam. Com as “entrevistas preventivas” o MfS pretendia intimidar seu interlocutor. A fotografia fazia também parte desta estratégia. Elementos opositores detidos, por outra parte, deveriam ser acusados de um delito. A detenção servia para levar, por meio de interrogatórios, os afetados a fazerem confissões ou declarações que os incriminassem, a fim de se poder, a seguir, condená-los legalmente – isto porque fotografias, relatórios de IM e averiguações de “procedimentos operacionais” nem sempre podiam ser aproveitados perante a Justiça. Os presos para averiguações, do ponto de vista da identificação funcional, eram tratados como criminosos e, inclusive durante os interrogatórios, fotografados às escondidas.

Tanto antes como mais tarde, a fotografia, nos anos setenta e oitenta, servia para a identificação clássica, para a obtenção de meios de prova de fato e para documentar lugares de atos e locais de ocorrências. No entanto, com a modernização do domínio da técnica, sua disseminação – e por causa da multiplicidade do retrato ideológico do inimigo – foi passando a ser a mídia predominante nas averiguações profiláticas. Às fotos dos suspeitos se acrescentavam características mais sigilosas, que pareciam situar-se detrás da evidência do visível. Não eram poucas as fotografias que, aos olhos cansados do observador da polícia secreta, traziam mensagens parecidas com as seguintes: “Por ora ainda não dá para ver nada...”, ou “À primeira vista parece inofensivo, mas...” A fotografia, junto com uma linguagem altamente distanciada e dissimulada da burocracia, ajudavam a Segurança de Estado na tarefa de olhar o inimigo com frieza. Por sua vez, visando a eliminação do inimigo, invocavam-se sentimentos fortes como “aversão” e “ódio” pelo inimigo, exercitando o caráter “irreconciliável” da luta de classes, elementos que faziam

⁵⁰ Eisenfeld, *Widerständiges Verhalten*, p. 161.

parte dos *topoi* inflexíveis da mobilização social, tanto interna como publicamente. A crescente disseminação do meio fotográfico, na prática da polícia secreta, impunha a afirmação de um pan-otimismo visual, que alcançava a fantasia totalitária de um inventário absoluto de toda a RDA e de suas fronteiras com o Ocidente.⁵¹

Epílogo

Preciso na observação de detalhes, mas possuído até o fim por teorias conspiratórias, que conduziam tendencialmente a uma avaliação exagerada dos grupos de oposição, o Mfs, nos anos setenta e oitenta, terminou frequentemente, em termos políticos, de mãos atadas em matéria de práticas reais de perseguição. A tensão gerada por este quadro era aliviada de diferentes modos. Uma saída política deste dilema se abria com a possibilidade de mandar pessoas indesejadas para o Ocidente, o que foi cada vez mais usado como recurso. O próprio MfS confiava na expansão e na modernização do aparelho. Alguns militares da Segurança de Estado davam asas à sua frustração, aplicando a violência física e, sobretudo, a violência psicológica contra os opositores, nas instalações de detenção da *Stasi*. Outros, finalmente, refugiaram-se no cinismo. Por ocasião do aniversário dos 50 anos do “Representante Operacional” e, posteriormente, Diretor da Administração Distrital do MfS em Berlim, Siegfried Hähnel, em junho de 1984, servidores da linha XX (Oposição, Igreja) disfarçados engrossaram a fila dos cumprimentos. Enfiavam-se nas roupas de seus objetos vigiados. E, assim vestidos, deixavam fotografar-se. Por uns instantes, travestiam-se com os atributos do inimigo, trocavam de papéis e encenavam um “mundo às avessas”. O riso maldoso ajudava – de forma mais imediata que qualquer mobilização social – a fortalecer o espírito comum na luta contra o inimigo. Lançando mão do humor negro, o MfS colocava em cena a retórica do “laço geral e profundo do povo” com a Segurança de Estado. Hoje em dia, a paródia da feliz submissão e da alegre gratidão das vítimas em face dos seus algozes assume ares especialmente chocantes [Figura 3].

⁵¹ A respeito da idéia da transformação de programas disciplinares do estado de exceção em tecnologia política, compare-se com Michel Foucault, *Überwachen und Strafen. Die Geburt des Gefängnisses*, Frankfurt am Main, 1977, cap. III.3, “Der Panoptismus”, pp. 251 e segs.